

**XVII Congresso Brasileiro de Sociologia
20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS)**

GT 02 – Cidades

**Urbanização turística de áreas litorâneas e os
efeitos sobre a experiência de morar das
populações locais**

**Francisco Willams Ribeiro Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)**

Introdução¹

Francisco, 65 anos, pescador, nativo da localidade litorânea do Cumbuco, Ceará, afirma que continuar morando no lugar onde nasceu está ficando cada vez mais difícil, pois a intensificação do turismo trouxe muitos problemas como as drogas, a prostituição e a poluição sonora. Além disso, ele diz que os preços dos produtos no comércio local estão muito altos, não tem mais terreno para construir uma casa para seus filhos e estes não querem mais dar continuidade à pesca. Afirma que, por isso, muitos pescadores têm vendido suas casas e saído da localidade. O Sr. Francisco diz ter medo de alguém chegar e retirá-lo dali porque ele não tem a titularidade da terra. Orientado pelo presidente da Colônia de Pescadores, ele paga o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) todos os anos como uma forma de comprovar que reside ali há várias décadas.

Já o Luiz, 32 anos, nativo, filho de pescador, diz que o turismo é bom, saiu da pesca porque trabalhar com passeios turísticos lucra mais, não precisa mais “dormir no mar”, e o Cumbuco tem uma movimentação de pessoas de vários lugares do mundo, principalmente, durante a noite e nos finais de semana. Ele diz que os jovens da localidade dormem mais durante o dia e utilizam à noite e madrugada para sua sociabilidade.

A partir de falas como as destes nativos², este artigo procura elucidar como a configuração de áreas litorâneas em espaços turísticos interfere na experiência de morar e nas práticas sociais das populações locais. Trata-se de um estudo dos efeitos do turismo sobre populações consideradas tradicionais³, com ênfase nas estratégias dos nativos para permanecer no lugar, e nas práticas que recriam a ideia de morar em áreas litorâneas. Tendo em vista os processos

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa que está sendo realizada no curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). O processo de pesquisa está em andamento, com previsão de término para 2017.

² Categoria êmica utilizada pelos indivíduos para designar os pescadores, ou filhos, netos e bisnetos de pescadores que ocupam o território por várias gerações.

³ O conceito de populações tradicionais ainda é impreciso, como explica Rodrigues e Santos (2012). As primeiras reflexões sobre esta categoria foram desenvolvidas por profissionais da área do Direito (Santana; Oliveira, 2008), mas vários antropólogos têm se dedicado ao tema (Carneiro da Cunha; Almeida, 2008; Durham, 2004). Desta forma, ainda estou analisando as lacunas e limites deste conceito, problematizando-o e verificando até que ponto se operacionaliza no campo empírico.

de mudança social causados pela configuração de espaços turísticos, investigo a localidade do Cumbuco, situada no município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Ceará.

Considerando as intervenções públicas, privadas e comunitárias que visam produzir um espaço adequado para o turismo, mapeio as práticas sociais dos indivíduos considerados nativos e seus processos de alteridade entre si, com veranistas e turistas, para entender os efeitos da intensificação do fenômeno turístico sobre o seu espaço vivido.

É importante que as Ciências Sociais possam se debruçar sobre o fenômeno turístico como objeto de investigação, porque a expansão do turismo no Brasil ocorreu, principalmente, pela ocupação de espaços habitados por populações tradicionais, e os nativos moradores de áreas litorâneas estão vivenciando transformações socioculturais causadas pelos processos, apropriações e incorporações que envolvem o turismo. E, como afirmam Rodrigues e Santos (2012, p.69), o conhecimento produzido sobre as *populações que vivem em áreas de expansão do turismo (...) fornece subsídios para a proteção dos seus direitos.*

Os estudos científicos sobre turismo no Brasil são realizados, em sua maioria, pelas ciências econômicas e administrativas, cujo objetivo é analisar o crescimento e a movimentação da chamada “indústria” turística (Barretto, 2009). Contudo, mais do que uma atividade econômica, o turismo envolve espaços, pertencimentos, práticas e processos de alteridade. Com esta abordagem, apresento a seguir um conhecimento sobre as dinâmicas socioculturais em localidades litorâneas que passam por intervenções para se tornarem espaços turísticos.

Cumbuco: contexto e campo de pesquisa

O Cumbuco é uma das localidades litorâneas do município de Caucaia e integra o roteiro turístico *Costa do Sol Poente*, junto com Iparana, Pacheco, Icaraí e Tabuba (Figura 1). Atualmente, as três primeiras localidades têm o

veraneio como principal atividade econômica e de lazer, e Tabuba e Cumbuco, o turismo.

Figura 1 – Localidades litorâneas da Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: Pereira, A. (2013)

O processo de valorização das áreas litorâneas de Caucaia está ligado às práticas de veraneio, nas décadas de 1960 e 1970, uma prática de lazer oriunda essencialmente de Fortaleza. Contudo, a consolidação como uma localidade turística ocorre a partir da década de 1990, quando recebe investimentos estatais e privados como, por exemplo, os oriundos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE)⁴. Estes investimentos tiveram o Cumbuco como uma zona prioritária, dotando a localidade com infraestrutura: construção e recuperação de vias de transporte, sistema de saneamento básico e urbanização da localidade (Araújo; Pereira, 2011).

Outras práticas sociais de valorização da área são as relacionadas ao turismo comunitário, no qual os indivíduos da própria localidade realizam práticas

⁴ O PRODETUR/NE é um programa financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e foi desenvolvido por estudos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1990, que identificaram o turismo como uma atividade com potencial de desenvolvimento econômico. O PRODETUR/NE visa financiar obras de infraestrutura, projetos de proteção do patrimônio histórico-cultural e ambiental e o fortalecimento das instituições municipais e estaduais (LIMA, 2003).

ligadas ao turismo, visando sua inserção nesta atividade econômica. Coriolano *et al.* (2009) apresenta estudos no Cumbuco sobre o turismo comunitário como uma estratégia de entrada daqueles com menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo, como os bugueiros da Cooperativa dos Condutores de Veículos para Passeios Turísticos (COOPTUR).

Concomitantemente, os ditos atrativos naturais, a construção de uma imagem turística baseada no *marketing* e propaganda voltados para o modelo sol e praia (Aragão, 2005)⁵, a construção de empreendimentos e a substituição de pequenas pousadas por hotéis e *resorts* de maior porte⁶, as práticas de turismo de aventura como os esportes náuticos (*windsurf* e *kitesurf*⁷), passeio de *buggy*, quadriciclo, jangada e skibunda⁸ são os fatores que contribuem para a construção do Cumbuco como um “destino turístico”.

Todavia, até a década de 1950, o Cumbuco era marcado apenas por práticas marítimas, pois era uma aldeia de pescadores com casas de palha, dispersas entre as dunas. Das décadas de 1950 a 1980, o veraneio como uma prática de lazer oriundo essencialmente de Fortaleza foi o principal fator de ocupação da área. No final deste período, os nativos falam da chegada de um engenheiro conhecido como Dr. Bosco, o qual procurou concentrá-los num loteamento de casas de tijolos. Em troca destas, o engenheiro ficou com os antigos terrenos, fez lotes e vendeu para a construção de casas de veraneio⁹. Já nas últimas décadas, o Cumbuco tem sido marcado por uma ocupação turística com a construção de empreendimentos de padrão internacional.

⁵ A divulgação do *marketing* da Praia do Cumbuco se deu principalmente com cenas da telenovela *Tropicaliente*, veiculada pela Rede Globo, filmada nesta localidade na década de 1990 e transmitida para todo território nacional, além de alcançar também outros países da América Latina e Europa.

⁶ Segundo os geógrafos Araújo, Pereira e Paula (2010), de acordo com dados da Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) de 2008, das 22 licenças solicitadas para a construção de empreendimentos turísticos, 14 estavam situadas no Cumbuco.

⁷ O *windsurf* ou “prancha a vela” é praticado com uma prancha de surfe e uma vela que mede entre 2 e 5 metros de altura. O praticante procura planar sobre a água, utilizando a força do vento. O *kitesurf* é praticado com uma pipa (também conhecida como papagaio) e uma prancha com uma estrutura de suporte para os pés. O praticante, em cima da prancha, é impulsionado pelo vento que atinge a pipa.

⁸ O “skibunda” consiste em descer uma duna em uma prancha de madeira, escorregando até chegar à água de uma lagoa ou rio.

⁹ Informações concedidas pelos próprios nativos.

Todos os fatores apresentados contribuíram para que Caucaia se tornasse o município mais visitado pelos turistas nacionais e internacionais que ingressam no Ceará (excluindo, Fortaleza) durante os últimos anos. De acordo com os *Indicadores 2013*, da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR, 2012), desde 2009, Caucaia está na primeira colocação da lista dos principais municípios visitados pelos turistas que ingressaram no Ceará, via Fortaleza, ficando na frente de Beberibe, Aquiraz, Aracati e Jijoca de Jericoacoara.

O turismo é a atividade econômica que mais cresce no contexto mundial. Tal tendência é justificada pela sua capacidade de se articular a outros fenômenos sociais, culturais e econômicos, gerar uma cadeia produtiva da economia e ser reconhecido como uma estratégia de desenvolvimento. De acordo com dados do Ministério do Turismo (2010), esta atividade econômica já é importante para a economia brasileira, com participação de 0,77% no mercado mundial, enquanto que na década de 1990 era de 0,24%. Embora o turismo realizado no Brasil apresente um baixo índice de representatividade no cenário econômico mundial, são os países da América do Sul, inclusive, o Brasil, que apresentam as maiores taxas de crescimento.

O crescimento do turismo no Brasil se deu quando esta atividade econômica foi adotada como um fator de desenvolvimento, e a sua expansão ocorreu, principalmente, em espaços litorâneos, ocupados por populações consideradas tradicionais, e foi marcado pela expulsão destas em favor dos seus próprios benefícios (Rodrigues, 2014).

No Ceará, a partir da década de 1980, o turismo tornou-se um dos setores prioritários da política de desenvolvimento dos governos estaduais¹⁰, levando o estado, ao longo das últimas décadas, a ser um dos principais “destinos turísticos” do Nordeste brasileiro. Conforme a SETUR/CE, em 2012, 2,9 milhões de turistas visitaram o Ceará. No estado, Fortaleza é o principal centro de recepção e distribuição dos fluxos turísticos, contando com um aeroporto

¹⁰ Na década de 1980, a ascensão de um novo grupo político autodenominado “governo das mudanças” priorizou a indústria e os serviços (em destaque, o turismo) como setores modernizadores da economia cearense. Liderado por Tasso Jereissati, o grupo político era formado por jovens empresários que visavam à superação de práticas políticas clientelistas (Gondim, 1995).

internacional, vasta rede hoteleira e larga infraestrutura. A capital dinamiza áreas próximas como os municípios da sua RMF, principalmente, Caucaia, demarcando o turismo cearense como litorâneo e metropolitano.

Desta forma, o Cumbuco transforma-se em um núcleo habitacional com acentuada diversidade social, cultural e econômica e não está isento de conflitos, pois a atividade turística coloca em evidência os interesses divergentes: de um lado, o Poder Público, investidores, turistas, imigrantes e, do outro, moradores menos abastados.

Os efeitos do turismo sobre a experiência de morar

A influência do turismo sobre o desenvolvimento de uma localidade se expressa na transformação dos espaços físicos e na alteração da rotina de atividades dos nativos, além disso, contribui para mudanças socioculturais. No Cumbuco, a intensificação do turismo tem levado os nativos a um processo de mobilidade territorial, o qual consiste no deslocamento e construção de uma nova localidade, o Parazinho¹¹, nas dunas de Tabuba, aproximadamente, dois quilômetros de distância. Os nativos explicam que o Parazinho é formado pelos "cumbuqueiros", indivíduos que moravam em Cumbuco, venderam suas residências e construíram outras nesta localidade. Para os "cumbuqueiros", o Parazinho apresenta-se como a opção futura de todos aqueles que permanecem morando no Cumbuco atualmente.

As transformações sociais, culturais e espaciais ocorridas no Cumbuco são uma forma de reorganização socioespacial que responde a uma demanda de segmentos mais privilegiados por uma urbanização turística (Luchiari, 1998). Esta visa adequar cidades e localidades para o consumo de bens, serviços e paisagens e, como resultado do processo de globalização econômica, associa o mundo ao lugar, o global ao local. Segundo a geógrafa Luchiari (1998), o turismo submete as localidades a uma ordem externa, desarticula culturas tradicionais e altera o modo de vida dos nativos. Cabe ressaltar que ele não deve ser tomado

¹¹ O Sr. Francisco, nativo, pescador, 65 anos, conta que as dunas nas quais a localidade Parazinho está situada pertenciam a um homem chamado José Sales. Antes de morrer, este avisou aos seus filhos que, após seu falecimento, suas terras fossem doadas para os mais pobres.

apenas do ponto de vista negativo, pois pode gerar efeitos positivos como as novas formas de sociabilidade e a valorização de áreas para o lazer.

Tais transformações socioespaciais reverberam, principalmente, na experiência de morar das populações locais, de pescadores e antigos agricultores, baseada em saberes e fazeres tradicionais. Compreendo experiência, no sentido dado por Benjamin (1985), como um conhecimento tradicional, passado de geração em geração, que definha com a modernidade. E o morar, segundo Pierre Mayol (2013), como algo que faz o elo entre questões referentes ao espaço físico e às práticas culturais. O morar encontra suporte na localidade, entendida como o espaço necessário para o desenrolar da vida cotidiana na qual os indivíduos se reconhecem e expressam suas formas de organização: os comportamentos visíveis como roupas e códigos de linguagem, e os registros simbólicos, isto é, o que cada um espera obter com o fato de se estabelecer em determinado espaço.

Desta forma, na busca por entender o modo como o turismo tem alcançado os nativos hoje, percebo o potencial da experiência de morar como ponto de partida para alcançar este objetivo. A partir de algumas perguntas realizadas no processo de pesquisa (apresentadas a seguir), constatei que, por parte dos nativos, as referências ao morar apresentam uma tensão entre passado e futuro, antigo e moderno, vantagens e prejuízos, consensos e conflitos, permanecer ou sair.

Como o morar em uma localidade ou bairro, baseado em Mayol (2013), significa estar inserido em uma organização coletiva na qual os indivíduos têm nas proximidades de suas casas, locais onde possam suprir suas necessidades, até que ponto as áreas litorâneas que se tornaram turísticas continuam sendo suporte para os moradores suprirem suas necessidades no lugar onde residem? Como é morar em um local que, cada vez mais, passa por intervenções para ser de uso efêmero por turistas nacionais e internacionais? Como os nativos que permanecem nos lugares turísticos recriam suas formas de sobrevivência, suas práticas alimentares e vestuários, suas maneiras de ver a pesca, o ser pescador e o viver da pesca?

Já que o morar em uma localidade ou bairro constitui uma coletividade, baseada em relações sociais entre familiares, amigos e/ou conhecidos, que impõe ao cotidiano desses moradores que é preciso conviver, isto é, buscar um equilíbrio entre o espaço privado da casa e o público, como se dá o relacionamento dos nativos com os “de fora”? Como se dá convivência com o visitante, o turista de passagem, mas também com o migrante?

No Cumbuco, muitos estrangeiros têm sido atraídos para residir nessa localidade, contribuindo para uma forte especulação imobiliária na área. Um dos efeitos do turismo tem sido a ocupação do solo por estrangeiros¹²: imigrantes europeus e, recentemente, sul-coreanos abrem pontos comerciais, restaurantes, bares, constroem hotéis de luxo e compram residências na área, visando à intensificação do turismo.

Ainda indago, também, como os nativos percebem as transformações no espaço físico: na distribuição das moradias, no surgimento de pousadas e restaurantes, de casas noturnas como espaço de diversão, na movimentação de veículos?

No Cumbuco, algumas barracas e restaurantes situados na orla estão sendo demolidos. Segundo os nativos, “vão derrubar tudo e construir um calçadão”. As notícias de jornais mostram que é uma medida da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR/CE) e do PRODETUR com o objetivo de *melhorar a ambiência dos destinos turísticos e, assim, incrementar o fluxo turístico com sustentabilidade, atrair novos empreendimentos, e gerar emprego e renda para as populações das comunidades beneficiadas*¹³. Ao indagar os nativos se tais obras afetariam o lugar onde residem, eles afirmaram que não, pois são nativos e estão há muitos anos morando ali. Mas, em que medida as populações locais serão beneficiados, já que estudos (Rodrigues, 2014) constatam que os incentivos ao

¹² No Cumbuco, grande parte dos setores de hotelaria e alimentação é da propriedade de imigrantes europeus, principalmente, portugueses e italianos. Todavia, em 2013, muitos trabalhadores sul-coreanos contratados pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CPS), no município de São Gonçalo do Amarante, vizinho ao Cumbuco, têm comprado ou alugado imóveis para morar. Outros sul-coreanos que não vêm a trabalho, acabam vendo a possibilidade de abrir um negócio, e assim surgem restaurantes e lojas especializados para este tipo de imigrante (Diário do Nordeste, 21/05/2013).

¹³ Disponível em: <<http://www.cearanews7.com.br/ver-noticia.asp?cod=19945>>. Acesso em 01 nov 2014.

desenvolvimento do turismo nos países pobres ou em desenvolvimento vêm favorecendo, principalmente, os grandes investidores estrangeiros?

Diante disso, percebo as estratégias dos indivíduos do lugar para permanecer morando nestas áreas. No Cumbuco, a configuração de um espaço turístico levou os nativos a desenvolverem formas de organização social. Eles criaram a Colônia de Pescadores Z-7, uma associação que concentra, aproximadamente, 70 pescadores de Cumbuco, Tabuba, Parazinho, Iparana e Sítios Novos. A colônia envolve também todos os moradores da localidade, na medida em que promove projetos e atividades voltados a educação, esporte, saúde e religião.

O principal objetivo desta entidade é incentivar a produção da pesca, garantir os direitos dos nativos e discutir a participação na implementação do desenvolvimento turístico local. Nesse sentido, a Colônia de Pescadores Z-7 é o centro da vida sociocultural dos nativos do Cumbuco, pois é o espaço de discussão sobre as eventuais “vantagens” e também os “prejuízos” causados pelo turismo para a população nativa.

Em pesquisa de campo, a nativa Natália, 26 anos, relatou que na Festa do Padroeiro, realizada em junho de 2013, na praça central do Cumbuco, houve a apresentação de um teatro de bonecos sobre o processo de expulsão indireta dos nativos gerada pela especulação imobiliária. Tal fato demonstra como outras dimensões da vida social abordam os problemas ocasionados pelo turismo.

As principais preocupações dos indivíduos envolvidos com a colônia são: a intensificação das práticas turísticas, as consequências dos processos de alteridade sobre as normas, os valores e códigos sociais locais e a expulsão indireta ao longo do tempo gerada pela especulação imobiliária.

É interessante notar como a categoria êmica “nativo” é utilizada neste processo: como uma tentativa de afirmar uma identidade local e como estratégia de diferenciação frente às mudanças socioespaciais futuras.

Espaço, território, lugar, paisagem e ambiente: categorias mobilizando sentidos de pertença

Entender os processos de mudança social causados pela configuração de espaços turísticos em áreas litorâneas demanda uma discussão do conceito de espaço, e de todos aqueles correlacionados a esta mesma noção: território, lugar, paisagem e ambiente, pois ambos mobilizam sentidos de pertença. Reconhece-se que estas categorias espaciais assumiram na Sociologia um uso *implícito* e raramente prevaleceram como tema (Frehse, 2013). O conceito de espaço se constituiu mais como pressuposto do que objeto epistemológico próprio. Contudo, a partir do final do século XX, com o processo de globalização econômica, de desespacialização das relações sociais e multiplicação de espaços outros – reais, virtuais, locais e globais –, este último enfoque vem prevalecendo.

Segundo David Harvey (2013), a redução do espaço a uma categoria *implícita* ocorreu porque o mesmo foi tratado como um atributo objetivo, *naturalizado*, o qual pode ser medido e apreendido. E, como o pensamento ocidental analisou os processos de mudança social a partir da noção de progresso, prevaleceu a análise do tempo histórico e não do espaço, ou seja, a modernidade tratou a experiência do progresso, do processo de *vir a ser*, em vez do *ser*, no espaço e no lugar.

Todavia, o espaço não pode ter significados objetivos sem se considerar os processos materiais e as práticas humanas, as quais têm um papel em sua construção. A ideia de um sentido único e objetivo do espaço ofusca uma diversidade de concepções e percepções humanas, e oculta territórios de ambiguidade, de contradição e de luta.

Tal discussão não pode se afastar do estudo dos efeitos do turismo sobre populações locais, pois é necessário compreender a relação dos indivíduos com o lugar, a valorização e o modo de produção do espaço. A intensificação do turismo na modernidade tem produzido novos sentidos para o espaço e o tempo. Por isso, o estudo da experiência de morar em tais locais leva à análise de práticas materiais e cotidianas, experiências individuais e coletivas, nas quais os

indivíduos são considerados agentes engajados em projetos que absorvem tempo por meio do movimento no espaço.

O conceito de espaço leva a entender que tanto as intervenções quanto as práticas dos múltiplos indivíduos ocorrem num lugar não apenas concreto e com atributos naturais, mas relacional. Certeau (2012) apresenta uma leitura do espaço como um *lugar praticado*, isto é, produzido pelas práticas sociais e constituído por um sistema de significados. Práticas sociais entendidas aqui como hábitos, costumes, comportamentos e experiências dos indivíduos e grupos sociais.

É importante enfatizar que para Certeau, o espaço é um *lugar praticado*, um cruzamento de relações sociais e forças: são os passantes que transformam em espaço a rua geometricamente definida pelo urbanismo como lugar. O lugar é oposto ao espaço, (...) *como a figura geométrica ao movimento, a palavra calada à palavra falada ou o estado ao percurso* (Augé, 1994).

As categorias espaço e lugar levam à compreensão de outra “categoria do espaço”, a paisagem. De acordo com Hirsch (1995), a paisagem que se encontra inicialmente é uma segunda paisagem, produzida por meio da prática local. A cultura mobiliza a paisagem natural para produzir uma “paisagem cultural”, ou seja, a cultura é o agente, o natural é o intermediário e a “paisagem cultural” é o resultado. Contudo, é importante ressaltar que não existe uma paisagem absoluta, mas a paisagem é constituída da relação entre lugar e espaço, e dependente de um contexto cultural e histórico.

Com base no conceito de paisagem, entendo que o desenvolvimento do turismo é capaz de dar visibilidade à natureza como uma forma significativa de experiência social. O objeto de olhar dos turistas é uma combinação do ambiente físico e da atividade humana, passada e presente. Mowforth, Charlton e Munt (2008) mostram alguns componentes físicos dos países da América Latina e Caribe para confirmar como os recursos naturais são fundamentais para o seu apelo como “destino turístico”: clima (sol, calor e céu azul), características físicas dramáticas (por exemplo, as Cataratas do Iguazu), paisagem costeira e vida selvagem (atração por animais de espécies exóticas).

Nesse processo, o turismo produz diferentes experiências de tempo e espaço, como também altera a formação tempo-espaço no modo de vida dos nativos. Por exemplo, na Praia do Cumbuco, enquanto o espaço é de parada transitória e de uso efêmero para turistas nacionais e internacionais, é espaço de moradia, de uso cotidiano para os nativos. No Cumbuco, enquanto as portas das casas dos nativos se fecham para o descanso noturno diário, as portas das casas de *shows*, restaurantes e bares, situadas na vizinhança, abrem para a sociabilidade turística.

Henri Lefebvre (2013) também não compreende o espaço e o tempo como algo *naturalizado*, e afirma que eles são produtos. Mas, o espaço não é um produto qualquer, nem algo passivo e vazio, pois ele é constituído por um conjunto de relações sociais. O espaço é tanto produtivo quanto produtor, pois ele interfere na própria produção e entra nas relações de produção e nas forças produtivas.

A produção do espaço (e do tempo) não os considerava como 'objetos' e 'coisas' quaisquer, saindo das mãos ou das máquinas, mas como os aspectos principais da natureza segunda, efeito da ação das sociedades sobre a 'natureza primeira'; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias (Lefebvre, 2013, p.124).

Assim, o espaço se dialetiza. Não só o modo de produção, mas, ao mesmo tempo, as relações sociais produzem o seu espaço e o seu tempo.

Harvey (2013) comenta de acordo com Lefebvre que o domínio do espaço é uma fonte fundamental de poder social na e sobre a vida cotidiana. Desta forma, quem domina o espaço sempre pode controlar a política do lugar, pois o seu controle evidencia as relações de poder existentes. A reorganização de um espaço sempre é uma forma de reorganizar as estruturas mediante as quais o poder se expressa.

Nesse sentido, o conceito de espaço se relaciona ao de território, o qual pode ser compreendido como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (Souza, 2000). Entendido como um campo de forças, mostra como as relações sociais são projetadas no espaço e como são constituídos os limites ou fronteiras simbólicas entre *nós* e os *outros*. Desta forma,

o estudo da constituição de territórios na Praia do Cumbuco coloca em evidência os interesses divergentes de turistas, grandes empresários, imigrantes, veranistas e nativos, e permite a análise das territorialidades físicas e simbólicas das práticas de trabalho, lazer e moradia desses atores sociais.

Haesbaert e Limonad (2007) partem do pressuposto de que a noção de território é distinta da de espaço (geográfico e natural). Para eles, o território é uma construção social e histórica, que envolve relações de poder entre sociedade e espaço (ou, natureza). Assim, o território tem tanto uma dimensão subjetiva, marcada pela apropriação e a identidade, e uma dimensão objetiva marcada pela dominação por instrumentos de ação político-econômica.

Ao longo do tempo, para Haesbaert e Limonad (2007), muitos estudiosos do espaço partiam de um pressuposto de indissociabilidade entre território e natureza, as concepções sobre território bem como a de espaço geográfico, transitaram entre uma visão “naturalizante” e outra “sociologizante”. Enquanto a primeira naturaliza o território, a segunda sobrevaloriza a sua constituição social, ao ponto de desconsiderar sua base física ou natural.

Embora tais autores façam uma crítica contundente a separação natureza e cultura, a definição a que chegam não consegue superar as bases às quais o pensamento ocidental está fundamentado. Apesar de abordar a natureza, sua construção não resulta da relação com a natureza.

A construção do território resulta da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, ou mais imaterial ou simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social (Haesbaert; Limonad, 2007, p.49).

Tim Ingold (2012) procura realizar esta crítica às bases epistemológicas do conhecimento dominante que dissocia natureza e cultura. Ele define antropologia como “uma filosofia com gente dentro”, que experimenta o mundo desde o lugar de cada um dos seres materiais.

Assim, ao discutir o conceito de ambiente ele afirma que este é um termo relativo, porque o ambiente é o mundo que existe e cria significado em relação aos indivíduos, de forma que se desenvolve com eles e ao redor deles. O

ambiente também nunca está completo porque é formado a partir das atividades dos seres humanos, é um processo de crescimento e desenvolvimento. E, por último, ele não pode ser confundido com o conceito de natureza.

Em torno desta discussão, Ingold criou o termo *dwelling perspective*¹⁴ por volta dos anos 1990, em *The Perception of the Environment* (2000). Traduzido como perspectiva do habitar, esta proposta afirma que o ser e o perceber não estão relacionados ao lugar em que o indivíduo está assentado, mas implica no movimento contínuo do organismo-pessoa junto a outros organismos-pessoas, organismos-animais, plantas, vento, rochas, solo, montanhas etc.

Em estudos dos efeitos do turismo, a perspectiva do habitar procura captar a percepção das pessoas em suas vidas cotidianas, no seu porvir diário, em um contexto ecológico. Contudo, a esta visão, se sobrepõe outras formas objetivas de representar o fluxo da vida pessoal, como as propiciadas pela “indústria” do turismo que se aproximam da perspectiva da mercantilização.

A partir de Ingold, a visão de analisar a mercantilização do espaço que articula a esfera macroestrutural (relacionada ao poder político e econômico) com a microssocial (relacionada ao âmbito das experiências vividas), e é vista como um processo de subtração de relações sociais do *lugar* que envolve sentidos de pertença, identidade, relacionados ao sagrado e à vida material, para que os lugares se tornem um produto que seja incorporado como mercadoria no circuito cultural (Santillán; Guardado, 2010), é confrontada com a visão do turismo comunitário que consiste no emprego de estratégias dos indivíduos do lugar para serem inseridos na cadeia produtiva do turismo.

Assim, a produção de espaços turísticos é pensada de uma forma relativa: por um lado, como um processo de degradação e, por outro lado, as novas paisagens representariam formas contemporâneas de sociabilidade e espacialização social. A perspectiva do habitar apreende também as estratégias

¹⁴ As duas obras em que Ingold desenvolve esta noção são *The Perception of the Environment* (2000) e *Being Alive* (2011). Nesta última, Ingold sugeriu alterar o termo *dwelling perspective* por *habitation*, pois procura enfatizar o movimento dos seres vivos mais que o estar em um lugar, como o fundamento da vida e da percepção do ambiente.

relacionadas ao turismo que a partir dos nativos recriam a ideia de ser, estar e morar em áreas litorâneas, como a Praia do Cumbuco.

De acordo com Taks (2012), a perspectiva do habitar não é um projeto intelectual simples de ser praticado, é preciso exercitar a dialética, de engajamento e estranhamento. Ao mesmo tempo em que se procura desenvolver relações com mais componentes, vivos e não vivos do ambiente, pratica-se certo estranhamento.

Essa discussão tem influenciado um novo campo de pesquisa, o da ecologia política, o qual procura cruzar a divisa entre natureza e cultura com um diálogo entre as ciências da natureza e as ciências sociais, cujo foco é um relacionamento dinâmico e independente entre o mundo biofísico e social (Little, 2006). Na busca de uma síntese transdisciplinar, elabora-se a noção de *simetria epistemológica* que postula que as causas de um fenômeno podem ter sua origem tanto no mundo natural quanto no mundo social. Assim, as forças da natureza são consideradas um *agente natural*, que agem sobre uma realidade social, mas que se diferem dos atores sociais por não ter vontade, nem intencionalidade. Desta forma, percebe-se que o impacto da natureza nela mesma é maior do que o impacto do próprio homem: *[o] sol, a força gravitacional, as forças eletromagnéticas, os buracos negros, a via Láctea, só para citar alguns, podem existir muito bem sem os seres humanos e, portanto, não são nem ciborgos, nem coletivos, nem vivem na época da biossocialidade* (Little, 2006, p.89).

Além de pensar os impactos da natureza nela mesma, não posso desconsiderar os efeitos do turismo no ambiente, pois muitos lugares têm sido modificados pela ação humana. Nos países da América Latina e Caribe, Mowforth, Charlton e Munt (2008) identificam os seguintes impactos: perturbação dos *habitats* e comportamentos dos animais selvagens; destruição da terra da agricultura; erosão e “desgaste” do solo; os altos níveis de demanda de água podem acelerar o esgotamento dos recursos hídricos; poluição; tráfego em redes viárias urbanas e rurais inadequadas.

De forma geral, os efeitos no ambiente pelo turismo podem ser diretos, gerados pelos turistas e equipamentos turísticos, ou indiretos, gerados pelos moradores locais que vivem do turismo. Assim, na relação entre turismo e ambiente, levantam-se alguns pontos de discussão como o fato do sucesso do turismo ser fortemente dependente do chamado “ambiente natural”, de que o turismo exerce impactos negativos sobre os recursos ambientais, ameaçando não só as comunidades receptoras, mas outros organismos, e de que ameaça também a própria “indústria” do turismo. Os efeitos no ambiente fazem a “indústria” do turismo entrar em um círculo vicioso no qual se assemelha a uma serpente de duas cabeças: uma das cabeças devora os recursos naturais e a outra já começou a engolir o próprio rabo, como apresenta Krippendorf (2009, p.28).

Acrescentam-se a estes impactos, outros efeitos de natureza social e econômica, como os deslocamentos territoriais de populações que vivem em áreas de interesse de capital turístico; emprego precário; aumentos dos índices de gravidez adolescente e prostituição infantil; expansão das redes de narcotráfico e aumento da violência nas localidades turísticas. Sem falar em uma série de fatores que podem diminuir o fluxo turístico e afetar a base econômica de uma localidade ou país: sazonalidade, desastres naturais, crises econômicas nos países emissores de turistas, revoluções e guerras, violência urbana e epidemias.

Segundo Krippendorf (2009), os meios envolvidos começam a compreender que uma economia baseada apenas no setor turístico é muito frágil, mais que uma economia multissetorial. Ao analisar o turismo como uma estratégia de desenvolvimento econômico nos países da América Latina, Rodrigues (2014) constatou que, na experiência mundial, os incentivos ao turismo nos países pobres ou em desenvolvimento favorecem, principalmente, grandes investidores estrangeiros.

Krippendorf (2009) fala que uma pequena minoria das populações locais começa a mostrar os sinais de mau humor com relação ao turismo. Santos (2009) afirma que os habitantes de áreas litorâneas, que se beneficiam economicamente da presença dos turistas, estão mais interessados na função desempenhada por estes do que em recebê-los: *[o]s turistas passam a ser um*

mal necessário. Mal, porque sua presença incomoda. Necessário, porque seu dinheiro faz falta (Santos, 2009, p.127). Contudo, sabe-se que o objetivo da maior parte dos nativos não é suprimir o turismo em seu todo, mas descobrir outras formas de praticá-lo.

Referências bibliográficas

- ARAGÃO, Raimundo F. *Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza/Ceará*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ARAÚJO, Enos; PEREIRA, Alexandre; PAULA, Edson. Turismo litorâneo na metrópole cearense: o caso de Caucaia, Ceará, Brasil. *Conexões, Ciência e Tecnologia*, Fortaleza, v.4, n.1, p.72-81, nov. 2010.
- ARAÚJO, Enos; PEREIRA, Alexandre. O turismo e valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística em Caucaia-CE. *Raega: Espaço geográfico em análise*, Curitiba, n.21, p.78-104, 2011.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BARRETTO, Margarita. Os estudos antropológicos sobre turismo no Brasil: uma história recente. In: GRABURN, Nelson *et al.* (Org.). *Turismo e Antropologia: novas abordagens*. Campinas: Papirus, 2009.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Estatísticas básicas de turismo*, 2010.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro W.B. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CUNHA, Manuela. *Cultura com Aspas e Outros Ensaio*s. São Paulo: Cosac & Naif, 2008.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 18.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- CORIOLOANO, Luzia *et al.* *Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza UECE, 2009.
- DURHAM, Eunice. As Comunidades Rurais Tradicionais e a Migração. In: THOMAZ, Omar Ribeiro; FRY, Peter (Org.). *A Dinâmica da Cultura*. Ensaio de Antropologia. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.
- FREHSE, Fraya. O espaço na vida social: uma introdução. *Estudos Avançados*, v.27, n.79, São Paulo, 2013.

GONDIM, Linda. Os “governos das mudanças” no Ceará: um populismo weberiano? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 19, 1995, Caxambu. *Anais do 19º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu: ANPOCS, 1995.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. *Etc...*, n. 2(4), v.1, 2007, pp.39-52.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRSCH, Eric. Landscape: between place and space. In: HIRSCH, Eric; O'HANLON, Michael. *The Anthropology of landscape: perspectives on place and space*. New York: Oxford, 1995.

INGOLD, Tim. *The perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London and New York: Routledge, 2000.

_____. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Orgs.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio – A produção do espaço. *Estudos Avançados*, v.27, n.79, São Paulo, 2013.

LIMA, Josael J. S. *Turismo sustentável, alternativa de desenvolvimento local e conservação ambiental: uma análise interdisciplinar do PRODETUR-CE*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n.25, jan/jun 2006, pp.85-103.

LUCHIARI, Maria Tereza. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. *Asociación Canária de Antropología*, n.4, 1998. Disponível em: <<http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/fortcon.pdf>>. Acesso em: 02 set 2013.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel de; GIAR, Luce; MAYOL, Pierre (Orgs.). *A invenção do cotidiano: morar e cozinhar*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOWFORTH, Martin; CHARLTON, Clive; MUNT, Ian. *Tourism and responsibility: perspectives from Latin America and the Caribbean*. New York: Routledge, 2008.

NOVO nicho de renda no Cumbuco com coreanos. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 21 maio 2013. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1269726>>. Acesso em: 03 set 2013.

PEREIRA, Alexandre. Quatro décadas de transformações: a vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará – Brasil. *Confins: revista franco-brasileira de Geografia*, n.17, 2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8329>>. Acesso em: 10 out 2013.

RODRIGUES, Lea; SANTOS, Potyguara. Populações tradicionais, turismo e conflitos territoriais: estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. *Caderno do LEME*, vol.4, n.1, p.67-93, jan./jun. 2012.

RODRIGUES, Lea. Turismo como estratégia de desenvolvimento na América Latina: dilemas e perspectivas de um modelo excludente. In: CARVALHO, Alba (Org.). *Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração*. Fortaleza: UFC, 2014.

SANTANA, Luciano; OLIVEIRA, Thiago. *O patrimônio cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo Direito Ambiental*. 2008. Disponível em: <www.egov.ufsc.br/portal/Sites/default/files/anexos/26808-26810-1-PB.html>. Acesso em: 20 set 2013.

SANTILLÁN, Ángeles; GUARDADO, Gustavo. Turismo, capitalismo y producción de lo exótico: una perspectiva crítica para el estudio de la mercantilización del espacio y la cultura. *Relaciones 123*, Verano, vol. 31, 2010.

SANTOS, Rafael. Hibridação cultural e turismo. In: GRABURN, Nelson *et al.* (Org.). *Turismo e Antropologia: novas abordagens*. Campinas: Papiрус, 2009.

SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ (SETUR). *Indicadores 2013*. Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/estudos-e-pesquisas/Indicadores%202013.pdf>>. Acesso em: 12 ago 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TAKS, Javier. A percepção do invisível: uma contribuição para a compreensão do conceito moderno de energia a partir da perspectiva do habitar. In: STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Orgs.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.